

# NOTÍCIAS

## REFORMA PREVIDENCIÁRIA

### **Mudança radical a caminho da *Alesc***

**GOVERNO DO ESTADO encaminha hoje extinção do fundo previdenciário criado em 2008 e junção de todos os funcionários**

O governo do Estado encaminha hoje uma mudança radical nas proposta de reforma previdenciária apresentada à *Assembleia Legislativa* no final de novembro. Por emenda ao texto já em tramitação no parlamento, o governo vai extinguir o fundo previdenciário criado em 2008, juntar os 13,7 mil funcionários contratados depois dessa data aos demais 54,6 mil servidores em um único grupo e utilizar os R\$ 800 milhões em caixa no Iprev para pagar aposentadorias ao longo de 2016.

As conversas ganharam corpo nos dois dias em que a equipe técnica da Secretaria da Fazenda discutiu com Iprev e Procuradoria-Geral do Estado a impossibilidade jurídica de reajustar de 11% para 14% apenas as alíquotas previdenciárias dos servidores contratados antes de 2008. Naquele ano, durante o governo Luiz Henrique da Silveira (PMDB), foi feita a reforma da previdência que separou os servidores estaduais em dois grupos: o primeiro, dos que haviam ingressado no Estado até então, continuou tendo suas contribuições revertidas para o caixa do Estado, responsável direto pelo pagamento das aposentadorias. Os demais passaram a integrar o fundo previdenciário do Iprev, que reuniria as contribuições em um sistema de poupança para garantir as futuras aposentadorias. Era a chamada segregação das massas. O comandante da reforma era o então secretário de Administração: Antonio Gavazzoni.

Ainda ontem, como antecipou o DC, o governo havia definido que a solução para impasse jurídico era aplicar o aumento das alíquotas para todos os funcionários, inclusive os que serão futuramente contratados. Embora mais simples, a medida tinha efeitos colaterais. O principal deles era fazer com que o repasse patronal do Estado para o fundo previdenciário também fosse para 14%, indo contra a lógica de reduzir o gasto do governo com previdência. Dentro desse contexto foi que surgiu a ideia de trazer de volta para o caixa os funcionários e, especialmente, os recursos do fundo criado em 2008.

## **BENEFÍCIO IMEDIATO SERIAM AS ALÍQUOTAS**

A medida teria como benefício imediato resolver a questão das alíquotas. Todos os servidores teriam as contribuições previdenciárias reajustadas em um ponto percentual por ano até o limite de 14% em 2018. Igualmente, a contribuição patronal de todos seria igualada em 28% nesse período.

A maior resistência à proposta era do próprio Gavazzoni. A existência de R\$ 800 milhões em caixa no Iprev reservados para futuras aposentadorias reforçava sua convicção no sucesso da reforma previdenciária de 2008, um de seus principais cartões de visita. Ao mesmo tempo, o retorno dos recursos do fundo para o caixa do Estado ajudaria a diminuir o déficit previdenciário ao longo de 2016 e fechar as contas em mais um ano de crise.

Na tarde de terça-feira, enquanto os cerca de mil servidores públicos que protestavam contra as reformas partiam da *Alesc* para o Centro Administrativo, Gavazzoni fez o caminho inverso. Foi conversar com o *presidente do Legislativo, Gelson Merisio (PSD)*, sobre o clima para uma mudança no projeto e o fim da reforma ratificada pelo parlamento em 2008. O parlamentar deu abertura às mudanças e o secretário fez o relato a Colombo, que deu o sinal verde para a emenda.

Ainda no final da tarde de ontem, o *líder do governo na Assembleia, Sílvio Dreveck (PP)*, aguardava a chegada das emendas do aumento geral das alíquotas e também da extinção do fundo previdenciário.

– Não faz sentido ter três tipos de servidor, um pago pelo tesouro, outro por sistema de poupança e um terceiro com teto e fundo complementar –defendeu o pepista, em referência ao SCPrev, aprovado minutos antes.

Uma reunião extraordinária das comissões foi marcada para hoje. *Dreveck* deve apresentar o parecer da proposta já emendada. A expectativa do governo é aprovar as mudanças antes do recesso parlamentar.

– É visível o tratoração. Ainda não tivemos acesso a detalhes sobre essas mudanças, vamos descobrir na reunião – afirma a *líder do PT na Alesc, Luciane Carminatti*.



## REFORMA PREVIDENCIÁRIA

### Governador faz apelo para que *deputados* aprovem projetos com ajustes na previdência

Durante uma cerimônia do Badesc Cidades, na manhã de ontem, o governador Raimundo Colombo (PSD) fez um apelo aos *deputados* para que aprovem as medidas que diminuem o déficit na previdência do Estado. Os projetos estão em tramitação na *Assembleia Legislativa*, incluindo o SCPrev e a diminuição na alíquota.

– Nós tivemos uma queda agora em novembro de quase 7% sobre novembro do ano passado. Um negócio maluco. Se você colocar mais 9% de inflação, é uma coisa inacreditável. O primeiro semestre vinha na faixa de 5% ou 6% de crescimento. E o segundo semestre está negativo. Os quatro últimos meses arrecadamos menos que o mesmo valor do ano passado, sem considerar a inflação.

Colombo explicou que em cinco anos o déficit da previdência do Estado deve alcançar os R\$ 7,8 bilhões e que, se o governo não agir, SC pode viver o drama de atraso de salários, como o Rio Grande do Sul.

– Será uma falta de patriotismo, de responsabilidade, de covardia, a gente não fazer a correção agora. Não é uma coisa de governo, é uma coisa de estado, ou você faz isso ou as pessoas sofrerão muito.

O governador Raimundo Colombo ainda defendeu a união dos fundos como forma de minimizar o impasse.

## REFORMA PREVIDENCIÁRIA

### SCPrev é aprovado com 34 votos na *Assembleia Legislativa*

O projeto que limita aposentadorias de futuros servidores ao teto dos trabalhadores privados e que cria o fundo complementar SCPRev para os funcionários que quiserem receber salários acima desse limite teve o apoio de 34 *deputados estaduais* e cinco votos contrários.

A bancada do PT apresentou 12 emendas para alterações na proposta do governo, todas rejeitadas em plenário. Por conta disso, os cinco *deputados* do partido decidiram rejeitar o projeto. Na tribuna, a líder do partido, *Luciane Carminatti*, criticou:

— Quem quebrou a previdência não foram os servidores. Quem quebrou a previdência tem nome, sobrenome e endereço. Nós queremos saber, mas isso nos foi impedido — disse.

Em defesa do projeto, o *deputado estadual Kennedy Nunes (PSD)* provocou protestos da oposição ao comparar os valores do déficit da previdência com os investidos em saúde em todo o Estado — ambos na faixa de R\$ 3 bilhões anuais.

— Por que 60 mil aposentados recebem do Estado o mesmo que 6 milhões de catarinenses? A sociedade precisa saber, porque é ela que paga. Não é o governo que paga — disse o pessedista.